

A Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo¹

Políticas Públicas: Panorama Retrospectivo

1930 - 1998

Maria Lúcia Grossi Zunti²

Ao se pretender levantar um panorama da educação de jovens e adultos no Espírito Santo, optou-se por considerar as décadas de 1930 e 1940, como marcos iniciais da discussão. Tal opção justifica-se porque, se somente na década de 40 a *educação de adultos veio se firmar como um problema de política nacional*, foi, porém, na década anterior, que *suas raízes já começaram a se configurar*, uma vez que a Constituição de 1934 previa um Plano Nacional de Educação, *sob responsabilidade da União*, que incluía normas para *o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória... (e) este deveria ser extensivo aos adultos* (Haddad, 1991, p. 70-71).

É necessário que não se percam de vista alguns objetivos básicos que pautaram a elaboração das reflexões contidas no presente trabalho.

Em primeiro lugar, a subtitulação quer dizer exatamente o que dela se infere, isto é, deseja-se tão somente obter uma visão geral da problemática em questão.

Em segundo lugar, espera-se que essa visão panorâmica das políticas públicas enseje a oportunidade do conhecimento de prioridades numa área da educação em que – não obstante o discurso sempre presente em favor da escolarização daquela clientela que, por motivos sempre alheios à sua vontade, se viu marginalizada do e no sistema – corre-se o risco, ainda, de que tal situação se perpetue para além do século XX.

Em terceiro lugar, ao se focalizar em grandes traços a evolução da educação de jovens e adultos no Espírito Santo, procurou-se, dentro das possibilidades, ater aos dados e informações do ensino primário – a partir de 1971, chamado ensino de primeiro grau – por ser de senso comum que ali se encontrou, continuamente, uma espécie de “fábrica” que fomentou a persistência dos números absolutos dos não escolarizados no Estado, maiores de 15 anos.

Quanto aos dados e taxas registrados, procurou-se, sempre que possível, tomar os do IBGE, resguardadas as relatividades de informações do gênero.

Finalmente, o panorama da educação de jovens e adultos no Estado deve permitir também uma visão positiva de ações de políticas públicas e o esforço que se fez ao longo de seis décadas e meia em prol da educação no Espírito Santo.

¹ Trata o presente trabalho de um relatório de pesquisa efetuado com base em informações encontradas durante um Estudo Independente realizado para obtenção de crédito no curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Desse modo, comparando os dados de 1950/1970 com os de 1990/1996, espera-se constatar que os excluídos daquela época entrarão no século 21 com idade em torno de 30 e 50 anos, portanto, com anos de atividades que lhes permitiriam olhar e ultrapassar os portais e os horizontes de um novo milênio com os olhos – e a voz – em pé de igualdade com a maioria de privilegiados que, até então, no Estado, concluíram o 1º grau ou mais.

Décadas de 1930/1940

O Estado do Espírito Santo apresentou poucas mudanças relativas à sua situação econômica e social nas duas décadas em pauta. Em 1940, enquanto a população era de 750.525 pessoas, a agricultura, representada pela monocultura do café, era a sua principal atividade econômica, o que gerava uma concentração da população na zona rural. A distribuição demográfica acusava um total de 49% da população concentrada no sul do Estado, enquanto no norte, grandes áreas encontravam-se ocupadas por população rarefeita, com exceção da região a oeste do rio Doce, que conheceu um crescimento maior nesse período, em função, também, da lavoura cafeeira (Espírito Santo, 1979, p. 18-19).

No âmbito educacional, apesar do esforço que os governos do Estado vinham desenvolvendo desde o início do século, a partir de meados dos anos 40 esse empenho parece ter sofrido descontinuidade, como será possível observar pelos resultados do censo de 1950, a ser demonstrado no final deste corte.

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, é válido registrar que já existiam classes com aulas noturnas desde a época do Império, tais como uma classe de ensino elementar para adultos, em 1871 e, em 1874, duas na capital e uma na cidade de São Mateus (Beisiegel, 1974).

No século atual, e já nos anos 30, Vivacqua (1930), por exemplo, dizia que *o ensino constituirá uma das mais sérias e constantes preocupações do governo*. As matrículas atingiam mais de 70% do número de crianças em idade escolar, e o percentual de investimentos na educação em 1929 correspondia a *mais de 20% da receita estadual*.

Entretanto, Vivacqua (1930) referia-se com preocupação aos altos índices de analfabetismo no Estado e os Cursos Noturnos, abertos na capital e no interior para aqueles que já haviam excedido a idade escolar, *representavam uma “notável missão na cruzada” contra o analfabetismo*. Ao registrar, porém, a matrícula naqueles Cursos Noturnos em 1929 (809 alunos), ficava claro, involuntariamente, que o alcance deles era mínimo porque pelos censos de 1920 e 1940³, o Espírito Santo possuía uma população de 457.328 e 750.525 pessoas, respectivamente, mas as percentagens de analfabetismo eram sempre superiores a 50% da população.

Ao final do ano de 1930, o País assistiu a uma virada na política nacional e o Espírito Santo sofreu os efeitos políticos da chamada Revolução de 1930.

³ Não foi realizado Censo em 1930.

Alguns relatórios dão conta da situação educacional observada no governo do Espírito Santo, no longo período em que Punaro Bley foi interventor. O Decreto nº 3.660, por exemplo, de abril de 1933, foi anunciado com alarde, criando “Cursos Noturnos de Educação Popular” *em substituição às rotineiras escolas noturnas para “realizar a obra educativa das classes pobres”*. Quanto ao ensino primário, a matrícula, em relatório de 1939 assinado pelo Secretário da Educação e Saúde, Dr. Fernando Duarte Rabelo, atingiu apenas 53,3% do número total da população em idade escolar, o que configurava um crescente número de crianças fora da escola, se comparado com a informação de 1930 (Espírito Santo, 1939, s. p.).

No início e no decorrer dos anos 40, a situação que se tem, pela leitura de relatórios e mensagens do governo, parece ter seguido a tipologia positiva (informações sobre esforços do governo) e negativa, o que se pode inferir dos resultados do censo de 1950.

Antes, porém, faz-se necessário ressaltar a respeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, em fevereiro de 1942, o governo Vargas criou o Fundo Nacional para a Educação Primária (FNEP), que seria regulamentado somente em 1946, já no governo Dutra, e que levou posteriormente, em 1947, ao lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) (Paiva, 1987).

Assim, em 1948, a CEAA funcionava no Estado com 163 salas de alfabetização e com subvenção do Ministério da Educação e Saúde. Entretanto, constatou-se que, nesse ano e nos dois anos anteriores, as finanças do Estado apresentaram déficit orçamentário, isto é, as despesas haviam sido superiores à receita. Isso exigiu uma *rigorosa contenção de despesas* e a Secretaria de Educação teve que *atuar com modestos recursos*. Embora 18% da receita total fossem destinadas à educação, o Governo admitia com franqueza que *o Estado estava longe de poder atender às necessidades da população* e que cerca de 70.000 crianças ficariam sem escolas. Isso, evidentemente, contribuía para o crescimento numérico do analfabetismo (Espírito Santo, 1948).

Dados do Censo de 1950 contidos nos Quadros 1 e 2 fornecem um panorama da situação vivida nessas duas décadas.

QUADRO 1
PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS,
POR GRUPOS DE IDADE E SEGUNDO INSTRUÇÃO
CENSO DEMOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO
1950

Grupos de idade (anos completos)	Total geral	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Não declararm
10 a 14 anos	111.685	48.741	62.838	106
15 anos e mais	477.794	228.378	248.954	462

Fonte : IBGE.

QUADRO 3
ENSINO PRIMÁRIO GERAL NO ESPÍRITO SANTO
1960

Pessoas presentes de 7 a 14 anos (*)	Matrícula geral (**)	Matrícula efetiva (**)	Aprovações (**)
319.793	177.961	146.987	88.850

Fontes: (*) MEC/UFES.
(**) BANDES.

Comparando-se o Quadro 3 com Quadro 2 no decênio de 1950, vê-se que a população em idade escolar no Estado cresceu mais de 42% e este índice se aproxima também dos dados tanto da matrícula inicial quanto da efetiva. Os dados de rendimento no ensino primário, porém, refletem o esforço do governo, no início e no final da década, pois, em 1950 pouco mais de um terço dos alunos freqüentes conseguiu aprovação, enquanto que, em 1960, mais da metade foi aprovada.

Entretanto, a disparidade é grande quando se verifica, pelo Quadro 3, a evasão e os índices de aprovação referentes aos alunos inicialmente matriculados. Além disso, e mesmo ignorando-se o índice de evasão vê-se que quase 142 mil crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola, ou seja, o dobro dos alunos registrados em 1950, evidenciando o ônus crescente e numérico de alfabetos.

Décadas de 1970/1980

No Espírito Santo, essa foi uma fase de grandes planos e projetos. Nunca, até então, tantos diagnósticos e planejamentos foram realizados, ações que se estenderam pelas duas décadas.

Sucederam-se, então, projetos de construção e expansão portuária, de expansão da média e da pequena indústria e da modernização da infra-estrutura econômica do Estado, apoiados pelo Grupo Executivo Para a Recuperação da Economia Capixaba (GERES) e pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A (BANDES), sendo que a maior concentração da atividade industrial circunscreveu-se à área da Grande Vitória.

A população ocupada na agricultura era de 52% em 1970, passando para 38% em 1977, ao mesmo tempo que percentuais de ocupação na indústria e no setor terciário de serviços aumentaram substancialmente. No entanto, no mesmo período, 41,3% das famílias tinham renda abaixo de dois salários mínimos (Espírito Santo, 1978).

No decênio de 1980, ocorreu uma extraordinária expansão industrial, em decorrência, principalmente, da implantação da Usina Siderúrgica de Tubarão, unidade de grande porte, jun-

tamente com a de outras de médio e pequeno porte que, ao longo dos anos 80, “transfiguraram” a economia estadual. O setor industrial foi responsável, até 1990, por 46% da renda interna estadual, o que não quer dizer que a economia capixaba *tenha sido um oásis naquilo que no País se chamou de década perdida*. Em contrapartida, a agricultura perdeu realmente os índices de participação das décadas passadas, concorrendo, aproximadamente, com 10% da renda do Estado. No entanto, a diversificação agrícola, que ficara meio às cegas nos dez anos anteriores ao período em pauta, apresentava agora culturas “emergentes”, tais como o mamão e a pimenta-do-reino. Mas o café ainda era o principal produto agrícola do Estado e, na região do rio Doce, o cacau apresentava substancial produção. A população, que continuou se urbanizando e se concentrando, como na década anterior, na região da Grande Vitória, não ficou isenta dos impactos das crises brasileiras do decênio de 80. Os reflexos da recessão brasileira nos anos 1981/1983 e das políticas nacionais, evidentemente, se fizeram sentir no Estado (Espírito Santo, 1992).

Nos anos 70, a educação sofreu mudanças advindas da Lei nº 5.692/71 que, entre outras medidas, substituía os antigos primário e ginásial pelo ensino de 1º Grau com 8 séries e criava um segundo grau de caráter profissionalizante, tudo dentro do planejamento técnico e centralizador que pautava a política nacional.

Para atendimento à população analfabeta, em 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que entrou de fato em funcionamento no segundo semestre de 1970, quando o censo brasileiro acusava o índice de 33,6% de analfabetos entre a população adulta do País. Erradicar o analfabetismo em 10 anos era a proposta básica do MOBREAL através do que chamou de Projeto de Alfabetização Funcional, entendida como aquela que *leva adolescentes e adultos à aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar*, com esforço de alfabetização concentrado na faixa etária de 15 a 35 anos, *em razão de uma melhor rentabilidade econômica* (Correia, 1978).

A par disso, várias ações estavam em funcionamento no Estado para atendimento da população na faixa dos 15 aos 35 anos, tais como o MOBREAL: educação funcional e educação integrada; o Ensino Supletivo Fase I (primeiras séries do 1º grau) e Fase II (últimas séries do 1º grau) e o Projeto Minerva.

No caso da educação funcional do MOBREAL, a primeira comissão instituída para iniciar a programação no Estado ocorreu em julho de 1970, no município de Castelo, e depois difundiu-se pelos outros municípios. Entretanto, até o final de 1973, os resultados não eram nada animadores, segundo se pode observar no Quadro a seguir.

QUADRO 4
ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DO MOBREAL/ES
1973

Matrícula geral	Nº de evadidos		Nº de aprovados		Nº de reprovados	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
108.417	36.166	33,2	30.083	27,0	42.168	39,8

Fonte: MOBREAL/ES

Ainda nesse ano de 1973, de um total de 1.685 docentes atuando na alfabetização de adultos, apenas 220 possuíam o Curso Normal completo e quase a metade só possuía o curso primário (Espírito Santo, 1975).

No que se refere à década de 80, o primeiro grau era o ponto de estrangulamento do sistema em todo o Estado. A expansão de oportunidades escolares não se efetivou, mantendo constante o afunilamento da pirâmide educacional na 8ª série do primeiro grau e o número de aprovados tendia a diminuir drasticamente em todas as regiões do Espírito Santo, sendo mais aguçado nos municípios do norte. *Evasão, seleção escolar, alta seletividade na 1ª série do 1º grau e índices de aprovação continuavam inalterados, sem grandes melhoras* (Gama e Machado, 1985).

No que tange à educação de jovens e adultos, o Mobral foi extinto em 1985. Em seu lugar foi criada a Fundação Educar que estabeleceu um programa de alfabetização de forma mais descentralizada, com projetos que tiveram o apoio técnico e financeiro dos governos municipais e da sociedade civil (Haddad, 1996).

Os resultados da década de 70 não diferem muito dos encontrados no Estado nos decênios até então analisados. Entretanto, comparando os da década de 80 com os do censo realizado no em 1991, observa-se uma situação bastante inusitada no Estado. Senão, vejamos:

QUADRO 5
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS
ALFABETIZADA, NÃO-ALFABETIZADA E TAXAS DE ANALFABETISMO
ESPÍRITO SANTO – 1980-1991

Anos	População de 15 anos e mais	Alfabetizados	Não alfabetizados	%
1980	1.240.659	932.336	308.323	24,85
1991	1.693.845	1.389.320	304.525	17,97

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1980 e 1991.

Os resultados da década de 80 comparados aos do censo de 1991 mostram uma queda de 6,88 pontos percentuais, apenas.

Entretanto, o presente decênio não tem apresentado mudanças muito felizes para a educação de jovens e adultos. Uma comparação entre 1940 e 1991 mostra que, se havia 53,3% de analfabetos em 1940 entre a população de 15 anos e mais, levou-se 50 anos para que essas taxas caíssem para 17,97%. Isso aponta uma queda de muito menos de 1% ao ano, significando que nesse andar, levar-se-ia ainda 20 anos ou mais para erradicar o analfabetismo nessa faixa etária.

Os Anos 90

Em 1990, o governo Collor extinguiu a Fundação Educar. Em seu lugar foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), cancelado antes mesmo de se iniciarem os trabalhos.

Nessa época, o país tinha cerca de 17.588.211 *analfabetos de 15 anos e mais (18,5%) e aproximadamente 50% da população tinha menos de 4 anos de escolaridade* (Haddad, 1996, p. 29).

O governo federal não tinha nenhuma política para essa questão, nem em 1990, nem nos quatro anos que se seguiram, parte deles já no governo Itamar.

Em 1995, quando já governava Cardoso, o país tinha 18 milhões de *analfabetos entre a população de acima de 10 anos... e quase 50% da população com mais de 14 anos não concluíra as 4 primeiras séries do ensino regular*, estando aí presente um verdadeiro *universo de exclusão social* (Haddad, 1997, p. 3).

Na verdade, a EJA, nesse final de milênio, está entregue à sensibilidade – quando presente – dos governos estaduais e municipais.

No que diz respeito ao Espírito Santo, o Estado, via Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEDU), tem arcado com as aulas noturnas para a educação de jovens e adultos e tem contado com a sensibilidade dos prefeitos municipais. O mesmo não se pode dizer a respeito da União: os resultados do seu descompromisso para com a EJA, a partir de 1990, principalmente entre a população de 15 anos e mais, podem ser observados nos dados da PNAD de 1996.

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS
ALFABETIZADA E NÃO-ALFABETIZADA
ESPÍRITO SANTO - 1996

População de 15 anos e mais	Alfabetizados	Não Alfabetizados	%
1.957.427	1.682.298	275.129	14,05

Fonte: IBGE -

Comparando-se os Quadros 5 e 6, observa-se que a população não alfabetizada de 15 anos e mais, pela primeira vez, não aumentou em números absolutos nos últimos 5 anos. Nesse mesmo período, houve uma queda no índice dos não alfabetizados de 17,97% para 14,05%, queda essa irrisória e comprobatória do movimento de desqualificação da EJA de que se tem

falado.

Além disso, estimativa fornecida pelo IBGE/Agência Regional/ES para o ano de 1997 indica alguns dados fortes e pesados no Espírito Santo.

Por exemplo: (1) – Frequentam o curso de alfabetização de adultos (EJA) 2.652 pessoas. (2) – Nunca frequentaram a escola 22.267 pessoas de 6 a 14 anos. (3) – Há 71.405 pessoas de 30 a 49 anos sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução. (4) – Há 334.653 pessoas de 15 anos e mais com menos de 4 anos de estudo.

Acrescenta-se que estão fora da escola no Espírito Santo entre 40 a 50 mil crianças de 7 a 14 anos.

Assim, voltando ao Quadro 6, de um universo de mais de 275 mil pessoas de 15 anos e mais sem escolaridade, para quem os direitos plenos da cidadania são negados, apenas 2.652 frequentam os cursos da EJA no Estado. Ainda com referência àquele universo, mais de 71 mil pessoas possuem entre 30 e 49 anos, sendo justamente aquelas que, nascidas nas décadas de 60 e 70, foram excluídas de oportunidades de acesso à escola e que chegarão aos portais do terceiro milênio sem direito de se fazer ouvir ou, possivelmente, sem voz alguma na sociedade capixaba.

Conclusão

Viu-se como o esforço, os acertos e desacertos no Espírito Santo vieram evoluindo desde a década de 30, com relação à educação de jovens e adultos e ao ensino primário (depois 1º grau). Entretanto, observou-se que os resultados não acompanharam o empenho subentendido no discurso, nos planos, nos projetos e diagnósticos.

É possível ainda observar, numa retrospectiva que agregue o período de 1940-1970, de um lado, e de 1980-1996, de outro, que o salto positivo obtido nos resultados deste último período é realmente significativo, tão significativo que poderia apontar para outro fato: o de serem desnecessários mais 15 ou 20 anos para que se atinjam níveis mínimos de analfabetismo no Estado.

É verdade que, entre 1950 a 1996, se os índices de analfabetismo caíram, entre pessoas de 15 anos e mais, de 52,2% para 14,05%, esses resultados demonstram realmente uma queda irrisória, da ordem aproximada de 0,82% ao ano. Assim, a considerar esse passo, milhares de capixabas não entrarão pelos portais do terceiro milênio em pé de igualdade com seus concidadãos, os privilegiados que completaram o 1º grau ou mais.

Se, porém, uma ação firme já estiver em andamento para fazer reverter essa situação, ainda haverá esperanças. Sob essa ótica, acredita-se que os dados e números dos últimos anos (1996 e 1997), se diluídos entre os municípios do Estado, não significariam tarefa assim tão insolúvel. Pelo contrário, parece viável e exequível.

A União, entretanto, acima de tudo, precisaria dar seu apoio imprescindível. E aí reside toda a questão. Se o óbvio for constatado, isto é, se a Educação Básica é para todos os que não a têm, então os não-escolarizados estão aí incluídos, independente de idade, a menos que idade seja motivo de exclusão.

Com esse raciocínio, sociedade, mídia, Estado e municípios poderão exigir apoio irrestrito da União. E, ao final, tudo isso se torna nada mais que uma questão política. E questão dessa natureza se resolve, desde que se queira.

Referências Bibliográficas

- BANDES. **Alguns indicadores sociais e econômicos do Espírito Santo**. 1950/1968. Vitória : Bandes, 1969.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**. (Um estudo sobre a educação de adultos). São Paulo : Pioneira, 1974.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. (Editor) **Educação de massa e ação comunitária**. MOBREAL. Rio de Janeiro : AAGS, Mobral, 1979.
- COSTA, Gilda de Araujo. **A Campanha Nacional de alfabetização de Adolescentes e Adultos de 1947**. Revista Pro-discente: PPGE/ UFES, v. 2, n. 5, dezembro 1996.
- ESPÍRITO SANTO, Estado. Secretaria da Educação e Saúde. **Atividade do Ensino e da Saúde Pública**, na administração do Exm^o. Sr. Interventor Federal Capitão João Punaro Bley, sendo secretário da Educação e Saúde o Dr. Fernando Duarte Rabelo. Vitória, 1939 (s.p. e c. fotos).
- _____. **Discurso** do Exm^o Sr. Capitão João Punaro Bley, Interventor Federal no Espírito Santo, no Banquete que lhe ofereceram seus amigos de Cachoeiro de Itapemirim, em 03 de Agosto de 1934. Vitória : Imprensa Oficial, 1934.
- _____. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Major João Punaro Bley, Interventor Federal no Estado do Espírito Santo. Vitória : Imprensa oficial, 1943.
- _____. **Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Vitória : Imprensa Oficial, março de 1948.
- _____. SEFA. Leis nº 137, de 30/11/48; Lei 348, de 30/11/1950; Lei 665, de 28/11/1952; Lei 751, de 1º/12/1953; LEI 825, de 06/12/1954; Lei 952 de 30/11/1995, **Orça a receita a fixa a despesa**, para os exercícios dos anos respectivamente, 1949, 1951, 1953, 1954, 1955 e 1956. Vitória-ES : Imprensa Oficial.
- _____. **Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da sessão legislativa de 1952, pelo Dr. Jones dos Santos Neves, Governador do Estado. Vitória : Imprensa Oficial, 1952.
- _____. 1953 e 1954.
- _____. **Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956 pelo Sr. Francisco Lacerda de Aguiar, Governador do Estado. Vitória : Imprensa Oficial, 1956.
- _____. Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Vitória : Imprensa Oficial, março de 1959.
- _____. **Um Estado em Marcha para o desenvolvimento**. I e II. Vitória : Imprensa Oficial, 1968/1969.
- _____. **Desafio & Resposta** – Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo : 1967 – 1970. Rio de Janeiro : Artenova, 1971.
- _____. **Diagnóstico da situação educacional do Espírito Santo**. Vitória : SEDU/DP, 1975.

- ___ **Transferência de encargos e serviços da Educação rural aos municípios.** Vitória : SEDU, 1974.
- ___ **Plano de Implantação do ensino de 1º e 2º Graus.** Vitória : SEDU, abril de 1972.
- ___ **Plano Estadual de Educação: 1977/1979.** Vitória : Imprensa Oficial, 1976.
- ___ **Plano de Ação Setorial – 1977.** v. 1, Vitória : SEDU, 1976.
- ___ **Manual de Orientação às escolas da rede Estadual.** Vitória : SEDU/DAT, 1977.
- ___ **Crescimento e desigualdade social.** Análise introdutória de alguns dados da pesquisa sócio – econômica de 1977. Vitória : SEPL/DIT, 1979.
- ___ **Migrações internas no Espírito Santo.** Vitória : SEPLAN, 1979.
- ___ **Dados demográficos do Estado do Espírito Santo.** Série: Estudo Básicos para o planejamento Estadual – Projeto Censo Escolar, pesquisa sócio-econômica. Vitória : SEPL, nov./1978.
- ___ **Avaliação do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos.** 1980/1985 e subsídios à elaboração do IV Plano Setorial de Educação. Vitória: Deares, 1984.
- ___ **Projeto século 21.** Indicadores indiretos de negatividades sociais. v. 3, Vitória : Rede Gazeta/ UFES/ GERES/ BANDES/ COPLAN, 1987.
- ___ **Mudanças ocorridas na distribuição de renda e nas condições de vida da população do Esp. Santo na década de 80.** Vitória : IJNS, 1992.
- ___ **Anuário Estatístico do Estado do Espírito Santo – 1980/1989.** Vitória : SEPLAE/DEF, 1992.
- GAMA, Elisabeth M. e MACHADO, A. M. M. **Diagnóstico Estadual da Educação no Espírito Santo.** O ensino Estadual de 1º Grau: Comparação inter-regional de suas evoluções. V. II, Vitória : INEPE/ SEDU, PPGE/ UFES, 1985.
- HADDAD, Sergio. **Estado e Educação de Adultos: 1969 – 1985.** 1991. Tese de Doutorado, São Paulo, 1991.
- ___ **Brazil. In: Internacional Review of Education.** 42 (1/3): 29 – 40, Netherlands: UNESCO, 1996.
- ___ **A educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB.** Texto discutido no GE da EJA, 20ª reunião da Anped, Caxambu, MG, 1997.
- IBGE – Censo Demográfico de 1940.**
- ___ **Censo Demográfico.** VI Recenseamento Geral – Estado do Espírito Santo – Julho de 1950. Rio de Janeiro : Gráfica do IBGE, 1951.
- ___ **Censo Demográfico.** Espírito Santo – Série Regional. v. 1., t. XV, 1970.
- ___ **Censo Demográfico de 1980.** Dados Gerais. Rio de Janeiro, 1982.
- ___ **Censo Demográfico de 1980.** Dados distritais. Rio de Janeiro, 1982.
- ___ **Censo Demográfico de 1991.**
- ___ **Contagem da População.** V. 1. Rio de Janeiro : Gráfica do IBGE, 1996.
- ___ **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio.** (PNAD). 1996.

- MEC/UFES. **Documentário estatístico sobre a situação educacional no Espírito Santo.** Vitória, 1968.
- MORANDI, Angela Maria et all. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo – 1930 / 1970.** Vitória : Coplan/IJSN/UFES, 1984.
- MORANDI, Angela. **Na mão da história: A CST na Siderurgia Mundial.** Vitória : Edufes, 1997.
- PAIVA, Vanilda. **Mobral.** Um desacerto autoritário. Revista Síntese: nº 23, 24 e 25, 1981/1982.
- _____. **Educação Popular e educação de adultos.** 5 ed., São Paulo : Loyola, 1987.
- SEDU/DADE. **Sinopse de dados estatísticos educacionais – 1983/1994.** Vitória: SEDU, 1985.
- SIMPÓSIO sobre o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1. Saúde e Educação. L. III. Vitória: Julho de 1968.
- VIVACQUA, Atílio. **Educação Brasileira.** Diretrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo. Vitória : Vida Capixaba, 1930.